QUESTÕES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS NA PUC/SP

DÉBORA RIBEIRO FREIRE DE MELO

RESUMO
Este artigo discute a atuação da Psicopedagogia no Ensino Superior a partir da concepção, implementação e avaliação de um projeto de atendimento psicopedagógico desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Parte-se do entendimento de que o ingresso e a permanência na universidade impõem demandas acadêmicas, pessoais, sociais e vocacionais que podem desencadear dificuldades de aprendizagem, sobretudo em leitura compreensiva, escrita acadêmica e organização dos estudos. Metodologicamente, articulam-se duas vertentes: (i) o relato detalhado de experiência de atendimentos grupais, com procedimentos de diagnóstico breve, intervenções centradas em leitura e escrita e acompanhamento de hábitos de estudo; e (ii) um levantamento descritivo com 54 ingressantes de Pedagogia, por meio de questionário sobre trajetória escolar, dificuldades percebidas e interesse por apoio psicopedagógico. Os dados indicam manutenção de dificuldades anteriores ao nível superior em parcela dos alunos, acentuação de obstáculos na produção textual e na compreensão leitora, baixa exposição prévia à orientação vocacional e elevada aceitação de um serviço psicopedagógico institucional. À luz de autores da área, defende-se que a aprendizagem universitária é atravessada por dimensões cognitivas, afetivas e institucionais, exigindo ações preventivas e remediativas articuladas a docentes e setores de apoio. Conclui-se pela urgência da institucionalização de serviços psicopedagógicos, com ênfase em programas de acolhimento a calouros, grupos regulares de leitura e escrita acadêmica, parcerias com docentes e monitoramento de indicadores de permanência e desempenho.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem; Ensino superior; Psicopedagogia; Leitura e escrita; Apoio ao estudante.

INTRODUÇÃO

A expansão do acesso ao Ensino Superior no Brasil, acompanhada de maior heterogeneidade de trajetórias escolares, tem dado visibilidade a desafios de aprendizagem que, muitas vezes, se aprofundam na transição do ensino médio para a universidade. No cotidiano acadêmico, são recorrentes queixas de leitura não compreensiva, escrita com baixa coesão e coerência, lacunas em argumentação, além de dificuldades na gestão do tempo e na construção de hábitos de estudo. Nesse cenário, a Psicopedagogia, com sua tradição interdisciplinar, oferece referenciais para compreender o aprender como fenômeno simultaneamente cognitivo, afetivo e institucional.

Este artigo emerge de uma prática de Psicopedagogia Institucional realizada na PUC-SP, materializada em grupos de apoio a universitários com queixas em leitura, escrita e organização de estudos. O estudo investiga em que medida um serviço psicopedagógico universitário, articulado a setores institucionais, pode prevenir o fracasso escolar universitário e favorecer a autoria acadêmica dos estudantes.

Objetiva-se (i) descrever e analisar o projeto de atendimento psicopedagógico implementado; (ii) apresentar resultados de um levantamento com ingressantes de Pedagogia sobre dificuldades de aprendizagem e procura por apoio; e (iii) discutir recomendações institucionais para a implantação de serviços psicopedagógicos em universidades. Como contribuição, o trabalho integra relato de experiência, dados descritivos e uma proposta de modelo de serviço com diretrizes de avaliação contínua.

PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL: TRAJETÓRIA E IDENTIDADE PROFISSIONAL

O desenvolvimento da Psicopedagogia no Brasil estabelece um diálogo significativo com influências latino-americanas e europeias, especialmente a partir das contribuições de autores argentinos e franceses, que trouxeram importantes reflexões sobre a aprendizagem como fenômeno complexo e multifacetado. No contexto brasileiro, a consolidação da área ocorre de maneira mais expressiva a partir das décadas de 1970 e 1980,

período marcado pela criação de cursos pioneiros, como os do Instituto Sedes Sapientiae e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), que desempenharam papel fundamental na formação de profissionais e na sistematização de práticas psicopedagógicas.
Nesse processo de constituição, a Psicopedagogia firma-se como um campo interdisciplinar, sustentado na articulação entre Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, incorporando também contribuições da Linguística, da Neurociência e das Ciências da Educação. Essa característica interdisciplinar permite compreender a aprendizagem não apenas como aquisição de conteúdos, mas como um processo que envolve dimensões cognitivas, afetivas, sociais e culturais.
Paralelamente à formação acadêmica, a organização associativa da área, com destaque para a criação da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), contribuiu para o fortalecimento da identidade profissional, promovendo a produção científica, a definição de diretrizes éticas e a regulamentação das práticas. Esse movimento foi essencial para legitimar a atuação do psicopedagogo em diferentes contextos educacionais e clínicos.
Ao longo dessa trajetória, consolidaram-se dois campos principais de atuação, que, embora distintos, são complementares. O campo clínico centra-se no sujeito e em sua modalidade de aprender, buscando compreender os processos internos envolvidos nas dificuldades de aprendizagem, bem como suas relações com aspectos emocionais e históricos. Já o campo institucional volta-se para os contextos educativos, analisando práticas pedagógicas, dinâmicas escolares e condições de ensino que podem favorecer ou dificultar a aprendizagem.
Atualmente, observa-se uma ampliação do campo de atuação da Psicopedagogia, especialmente no Ensino Superior, onde as demandas relacionadas à permanência acadêmica, à diversidade de perfis estudantis e às exigências de letramentos acadêmicos tornam ainda mais evidente a necessidade de intervenções especializadas. Nesse sentido, a Psicopedagogia reafirma sua relevância ao contribuir tanto para o acompanhamento individual dos estudantes quanto para a transformação das práticas institucionais, promovendo uma educação mais inclusiva e significativa.

DIFICULDADE, PROBLEMA E FRACASSO NA APRENDIZAGEM: BASES CONCEITUAIS

No âmbito da Psicopedagogia, 'dificuldade de aprendizagem' refere-se a um impasse situado e temporal, que emerge quando o sujeito, diante de um objetivo, encontra obstáculos na trajetória para alcançá-lo. Trata-se, portanto, de um estado relacional e contextual, não de uma qualidade fixa do aluno (CHABANNE, 2006). Nesse sentido, não existem 'alunos com dificuldade em si', mas alunos 'com dificuldade para' realizar determinadas tarefas, em certos contextos e momentos.
O 'problema de aprendizagem', por sua vez, implica um bloqueio mais persistente que pode anular capacidades e cercear possibilidades de aprender, afetando a modalidade de aprender do sujeito (FERNÁNDEZ, 1991). Ao discutir a etiologia desses problemas, Fernández propõe compreender a aprendizagem como articulação dinâmica entre organismo e corpo — dimensões biológica e experiencial — e entre inteligência e desejo — dimensões lógicas-cognitiva e simbólico-afetiva. Tal articulação é sempre mediada por vínculos: com os ensinantes, com o saber, com a família e com a instituição escolar (FERNÁNDEZ, 1991, 2001).
Já o 'fracasso escolar' diz respeito à resposta insuficiente do estudante às demandas da escola ou universidade, devendo ser analisado em três perspectivas interligadas: a social (condições políticas-econômicas e culturais), a institucional (qualidade do ensino, organização didático-metodológica, reconhecimento do papel docente) e a do aluno (condições internas, história pessoal e familiar) (WEISS, 2007). Atribuir o fracasso exclusivamente ao indivíduo produz um viés reducionista e desresponsabiliza a instituição por suas práticas e políticas.
Essa distinção conceitual evita tanto a patologização precipitada quanto a diluição das responsabilidades institucionais. No recorte universitário, dificuldades episódicas tendem a emergir em momentos de aumento de exigências (por exemplo, na escrita de gêneros acadêmicos) e podem evoluir para problemas de aprendizagem quando se cronificam, articulando-se a crenças de ineficácia, ansiedade e histórias de fracasso. A

literatura psicopedagógica enfatiza que intervenções efetivas precisam integrar dimensões cognitivas (estratégias de leitura e escrita), afetivas (trabalho com ansiedade, autoestima e autoria) e institucionais (ajustes didáticos-avaliativos e clareza de expectativas) (BOSSA, 1994; WEISS, 2007).

No estudo de campo deste artigo, os achados corroboram essa matriz conceitual: parcela dos estudantes relatou dificuldades sobretudo em 'produção de texto' e 'compreensão leitora'; alguns descrevem experiências anteriores de reprovação e baixa orientação vocacional; e muitos reconhecem a importância de apoio institucional. Tais evidências sugerem que o fracasso universitário não se reduz a 'déficits do aluno', mas emerge do encontro entre trajetórias escolares desiguais, práticas pedagógicas pouco explicitadas e vínculos com o aprender atravessados por ansiedade — panorama em que a Psicopedagogia pode operar de modo preventivo e remediativo (FERNÁNDEZ, 1991; JOLY; SANTOS; SISTO, 2005; WITTER, 1985).

ENSINO SUPERIOR COMO RITO DE PASSAGEM: ADAPTAÇÃO, LETRAMENTOS E AUTORIA

O ingresso na universidade pode ser compreendido como um rito de passagem que exige importantes reposicionamentos acadêmicos, pessoais e sociais por parte dos estudantes. No plano cognitivo, observa-se um aumento significativo nas exigências relacionadas à autonomia intelectual, à capacidade de análise crítica e à produção escrita em gêneros acadêmicos. No plano afetivo, emergem ansiedades associadas à avaliação, ao desempenho e ao sentimento de pertencimento ao espaço universitário. Já no âmbito institucional, os estudantes se deparam com dinâmicas didáticas e avaliativas mais complexas, muitas vezes pouco explicitadas, o que pode intensificar as dificuldades de adaptação.

Nesse contexto, a autoria acadêmica constitui um dos principais desafios do estudante universitário. Produzir um texto autoral implica não apenas dominar aspectos formais da escrita, mas também posicionar-se criticamente diante do conhecimento, articular ideias próprias com referenciais teóricos e assumir uma postura ativa no processo de aprendizagem. No entanto, estudos realizados em universidades brasileiras indicam a presença de déficits significativos na leitura compreensiva e na produção escrita em parcela expressiva dos estudantes, o que impacta diretamente sua capacidade de elaboração textual, argumentação e continuidade dos estudos.

A dificuldade em assumir a autoria está frequentemente relacionada a trajetórias escolares marcadas por práticas reprodutivistas, nas quais a memorização e a repetição de conteúdos são privilegiadas em detrimento da construção de pensamento crítico e da produção de sentido. Ao ingressarem no Ensino Superior, esses estudantes se deparam com exigências para as quais, muitas vezes, não foram suficientemente preparados, gerando insegurança, bloqueios na escrita e sentimentos de inadequação.

A literatura especializada também destaca a importância de programas institucionais de acolhimento e nivelamento, bem como de ações voltadas aos letramentos acadêmicos — entendidos como o conjunto de práticas sociais de leitura, escrita e argumentação situadas em contextos disciplinares específicos. Tais ações configuram-se como estratégias fundamentais para favorecer a inserção dos estudantes na cultura acadêmica, contribuindo para o desenvolvimento da autoria, para a melhoria do desempenho e para a redução de índices de reprovação, evasão e prolongamento do tempo de conclusão dos cursos.

Nesse sentido, promover a autoria acadêmica implica não apenas atuar sobre as habilidades individuais dos estudantes, mas também repensar as práticas pedagógicas e institucionais, tornando mais explícitas as expectativas acadêmicas e criando espaços de aprendizagem que favoreçam a construção do conhecimento de forma ativa, crítica e significativa.

PRINCÍPIOS E METODOLOGIAS DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

No âmbito institucional, a intervenção psicopedagógica tem como ponto de partida um diagnóstico breve e contextualizado, que busca compreender a queixa acadêmica em sua complexidade. Esse processo inclui entrevista inicial, levanta-

mento da história escolar do estudante, análise das dificuldades apresentadas no contexto universitário e aplicação de tarefas que mobilizam leitura, escrita e organização do pensamento. Mais do que identificar déficits, o diagnóstico visa compreender a relação do sujeito com o aprender, considerando aspectos cognitivos, afetivos e institucionais.

A partir desse diagnóstico, elabora-se um plano de intervenção que articula estratégias de diferentes temporalidades. No curto prazo, destacam-se ações como grupos focados em leitura e argumentação, oficinas de escrita acadêmica com feedback formativo, e orientações voltadas à gestão do tempo e dos estudos. Essas atividades buscam oferecer instrumentos concretos para que o estudante possa enfrentar suas dificuldades imediatas, ao mesmo tempo em que desenvolve maior autonomia no processo de aprendizagem.

Em uma perspectiva de médio prazo, a intervenção amplia seu alcance ao envolver o contexto institucional. Nesse sentido, são estabelecidas parcerias com docentes, com o objetivo de alinhar expectativas de desempenho, tornar mais explícitos os critérios de avaliação e promover práticas pedagógicas que favoreçam a compreensão e a participação dos estudantes. Além disso, pode-se atuar na revisão de instrumentos avaliativos e na orientação de práticas de leitura e escrita mais adequadas às demandas acadêmicas.

Outro princípio central da intervenção psicopedagógica institucional é o desenvolvimento de competências metacognitivas, tais como planejamento, monitoramento e avaliação do próprio desempenho. Ao favorecer que o estudante reflita sobre seu modo de aprender, a intervenção contribui para a construção de estratégias mais eficazes e para o fortalecimento de sua autonomia intelectual.

O trabalho em grupo constitui um recurso privilegiado nesse contexto, pois favorece a troca de experiências entre os participantes, possibilita a identificação de dificuldades comuns e contribui para a redução de sentimentos de isolamento e inadequação. Além disso, o ambiente grupal promove a aprendizagem colaborativa, estimula a participação ativa e fortalece a autoria do estudante, ao criar um espaço seguro para a experimentação, o erro e a reconstrução do conhecimento.

Por fim, destaca-se que a intervenção psicopedagógica institucional deve ser compreendida como um processo contínuo e articulado, que ultrapassa ações pontuais e se integra às políticas de permanência acadêmica. Sua efetividade depende não apenas das estratégias aplicadas diretamente aos estudantes, mas também do compromisso institucional em reconhecer a aprendizagem como um fenômeno complexo, que exige ações integradas entre diferentes setores da universidade.

CONTEXTO INSTITUCIONAL DA PUC-SP: DIRETRIZES E O PAPEL DO PAC

A PUC-SP, instituição comunitária sem fins lucrativos, explicita em seus documentos institucionais a missão de formar profissionais e promover inclusão social, reconhecendo a diversidade de perfis estudantis. Nesse arranjo, a Vice-Reitoria Comunitária articula o Setor de Atendimento Comunitário (PAC), que estrutura atendimentos, projetos e serviços de apoio à comunidade universitária. Foi nesse âmbito que o projeto psicopedagógico aqui descrito se desenvolveu, em 2008, alinhado ao compromisso de oferecer suporte acadêmico e psicossocial ao corpo discente.

DESENHO DO PROJETO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

O projeto teve como objetivos: (a) acolher e mapear demandas de aprendizagem de estudantes de diferentes cursos/semestres; (b) desenvolver competências de leitura, escrita e estudo por meio de encontros semanais; e (c) subsidiar a universidade com dados sobre dificuldades recorrentes e sobre a aceitabilidade de um serviço psicopedagógico permanente.

Fluxo e público: os estudantes eram encaminhados pelo PAC e por docentes. Grupos foram constituídos segundo disponibilidade de horários, com ênfase em queixas de produção textual, leitura compreensiva e hábitos de estudo. As atividades incluíram entrevistas, instrumentos projetivos para compreensão de vínculos com o aprender, exercícios graduais de leitura e tarefas de escrita com feedback escrito e oral, além de discus-

sões sobre planejamento e organização do tempo.
Materiais e tarefas: foram utilizados artigos e reportagens, charges e textos acadêmicos curtos para mobilizar compreensão global, inferências e sínteses. As tarefas de escrita contemplaram gêneros frequentes na graduação (resumo, resenha, relatório curto, texto argumentativo), com ênfase em coesão, coerência e progressão temática.

LEVANTAMENTO DESCRITIVO COM CALOUROS DE PEDAGOGIA (N = 54)
Procedimentos: aplicou-se questionário com questões fechadas e abertas sobre trajetória escolar, existência de dificuldades no Ensino Fundamental/Médio e no Ensino Superior, busca de apoios anteriores e intenção de procurar apoio psicopedagógico na universidade.
Resultados quantitativos (síntese): a amostra foi majoritariamente feminina e jovem (até 19 anos), com predominância de ensino médio cursado em escolas

mento e triagem no ingresso (entrevista, instrumentos breves e encaminhamentos); (E2) Programas de desenvolvimento acadêmico (grupos de leitura/escrita, oficinas de estudo, orientação vocacional quando pertinente); e (E3) Parceria com docentes e avaliação institucional (formação continuada, revisão de práticas avaliativas e monitoramento de indicadores de permanência).
Recomenda-se estabelecer metas e métricas: taxa de participação, satisfação dos estudantes, evolução em rubricas de escrita, variação nas taxas de reprovação/abandono em componentes com maior leitura e escrita, e análises de custo-efetividade. Tais indicadores sustentariam uma cultura de melhoria contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo reforça a urgência de serviços psicopedagógicos nas universidades brasileiras, especialmente voltados a calouros e a estudantes com dificuldades de leitura e escrita. A proposta de um serviço multimodal — triagem inicial, grupos de aprendizagem, parcerias com docentes e avaliação institucional — oferece um caminho consistente para prevenir o fracasso e apoiar a permanência com qualidade. Ao reconhecer a aprendizagem como fenômeno simultaneamente cognitivo, afetivo e institucional, a Psicopedagogia amplia a potência formativa da universidade e contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus estudantes.
A falta de atuação de serviços psicopedagógicos no Ensino Superior deixa uma enorme lacuna no que diz respeito à orientação, ajuda e apoio aos universitários, principalmente pensando que este é um momento de transição de vida, tanto em termos acadêmicos (mudança do Ensino médio para o superior), profissional, pessoal e social, tornando-se um período de passagem e gerador de crise, pois exige diversas adaptações a uma nova realidade.
Ignorar as características e dificuldades próprias do Nível Superior, sem oferecer nenhum apoio aos estudantes faz com que a própria universidade perca excelentes potenciais, e desta maneira o lugar que deveria ser celeiro de desenvolvimento e criatividade produtiva torna-se um espaço de angustia e exclusão para aqueles que não conseguiram sozinhos superar suas dificuldades e acabam abandonando o curso, ou até se formam mas de modo insatisfatório, e por falta de um serviço que os auxilie, acabam assim reproduzindo este modelo e perpetuando um ciclo de dificuldades e exclusão pela vida afora.
Um aspecto muito importante que um serviço psicopedagógico pode gerar é o da pesquisa na área da Educação. Conhecendo de perto o público universitário e suas questões, é possível realizar pesquisas para melhor compreender e refletir sobre como está nosso ensino de forma ampla, pensando não apenas no Ensino Superior, mas olhando para toda a trajetória de ensino pelo qual passamos. E assim abrir espaços para pensar propostas que intervenham nessa realidade e a possam melhorá-la.
Com base no relato de experiências de outras universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Ceará que já possuem serviços de atendimento psicopedagógico há alguns anos, enfatizam algumas propostas de trabalho que perceberam ser de fundamental importância. Uma delas é o trabalho realizado junto aos primeiro-anistas. A experiência tem mostrado a necessidade de programas voltados a oferecer apoio aos alunos ingressantes

existe entre o Ensino Médio e o Superior. Infelizmente existe uma enorme lacuna na Educação brasileira, de modo geral o Ensino Básico, Fundamental e Médio não proporcionando o desenvolvimento de habilidades e competências que são exigidos no Ensino Superior. E quando se deparam com exigências para os quais não foram preparados os estudantes tentam sozinhos driblar suas dificuldades, e aqueles que conseguem sucesso nesta tentativa vão seguindo o caminho, porém o número dos que não conseguem é grande, e estes por sua vez, fazem um percurso de várias repetências, por vezes desistência ou troca de curso, até chegarem ao abandono e não concluírem nenhuma formação. Pensamos que nestas situações de fracasso não é apenas o aluno o único prejudicado, mas também a universidade, a família e a sociedade, pois todos sofrem um prejuízo financeiro, administrativo, emocional, de tempo, organização, entre outros. Lembrando que as funções da universidade, está a tarefa da formação profissional, o alargamento da mente humana, a busca por novos saberes, a pesquisa e a transmissão da cultura comum. Sendo assim, como a universidade pode desempenhar a função de formação profissional sem oferecer subsídios para que os alunos gozem de uma formação plena? E como proporcionar a busca pelo conhecimento, o alargamento de novos saberes, se seus alunos mal conseguem compreender um texto? E como realizar pesquisas e formar pesquisadores se os alunos não se sentem competentes para produzir textos argumentativos, críticos e compreensivos?
Sendo assim, pensando no desenvolvimento da própria universidade que se faz urgente a criação de serviços psicopedagógicos para que esta possa desempenhar todas suas funções para qual foi criada de maneira plenamente satisfatória, sem perpetuar a exclusão que acontece na sociedade daqueles que por algum motivo tem dificuldade de aprendizagem, formando profissionais diferenciados, capazes de intervir no meio que estão para auxiliar outros que porventura também apresentem dificuldades em suas aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conto. Programa de apoio psicopedagógico a estudantes universitários 'PAPEU'/UFC. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, 1990, v. 9, n. 18.

BOSSA, Nadia Aparecida. A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

CHABANNE, Jean-Luc. Dificuldades de aprendizagem: um enfoque inovador do ensino escolar. São Paulo: Ática, 2006.

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERNÁNDEZ, Alicia. Os idiomas do aprendente. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FUNDAÇÃO São Paulo. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da PUC-SP 2005–2009. Disponível em: <www.pucsp.br/redesenho/downloads/PDI-PUC-SP.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2008.
HOIRISCH, Adolpho; BARROS, Dolores Izabel M.; SOUZA, Ingrid S. Orientação psico-pedagógica no ensino superior. São Paulo: Cortez, 1993.

JOLY, Maria Rodrigues Azevedo; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli; SISTO, Fermino Fernandes. Questões do cotidiano universitário. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

NOFFS, Neide de Aquino. Psicopedagogia na rede de ensino: a trajetória institucional de atores-autores. São Paulo: Elevação, 2003.

PASCUAL, Jesus Garcia; ALTERNE, Maria Claudia Mont'; PESSOA, Soraya Moreira; ABREU, Maria Betânia Cavalcante. Intervenção psicopedagógica no ensino superior: um relato de experiências. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, 2000, v. 19, n. 52.

SCOZ, Beatriz Judith Lima; MENDES, Mônica Hoehne. A psicopedagogia no Brasil: evolução histórica. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, 1987, v. 6, n. 13.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

WEISS, Maria Lúcia L. Psicopedagogia clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

WITTER, Geraldina Porto. O psicopedagogo no ensino superior: um campo a ser conquistado. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia, 1985, v. 4, n. 8.